

QUESTÕES DO DIREITO DO TRABALHO NA JURISPRUDÊNCIA DO TEDH

Catarina Garcia
jurista no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

A. Aspectos gerais – disposições relevantes

1. Na CEDH e Protocolos Adicionais não existe uma menção relativa a “direito ao trabalho”. Termos como “trabalho”, “emprego”, “profissão”, “liberdade profissional” não aparecem no texto da CEDH. Apenas o artigo 4º fala de trabalho no contexto de um “*direito a não trabalhar*” e de um direito de protecção contra trabalho forçado. Adicionalmente, o artigo 11º trata de um outro aspecto: o direito dos trabalhadores de criarem e de aderirem a sindicatos/associações profissionais.

2. Questões relacionadas com o trabalho têm sido invocadas perante o TEDH ao abrigo de diferentes disposições da CEDH (p.ex. artigos 4º, 6º, 8º, 9º, 10º, 11º, 14º, 1º-P1).

B. Acesso ao trabalho?

(i) **Thlimmenos v. Greece [GC] (2000)**: exclusão de acesso a profissão de contabilista por anterior condenação (e cumprimento de quatro anos de prisão) por causa de crenças religiosas. Violação do artigo 9º em conjunto com o artigo 14º. Direito a escolher determinada profissão não está protegido pela CEDH.

(ii) **Sidabras and Džiautas v. Lituânia (2004)**: proibição geral de encontrar emprego no sector privado devido a passado como agentes do KGB. Violação do artigo 8º em conjunto com o artigo 14º.

(iii) **Naidin v. Roménia (2014)**: exclusão de um informador da polícia política romena do emprego na função pública. Não violação do artigo 8º em conjunto com o artigo 14º. TEDH reiterou que os Estados têm um interesse legítimo na regulamentação das condições de empregabilidade na função pública e salientou que os Estados democráticos têm um interesse legítimo em exigir que os funcionários públicos demonstrem lealdade aos princípios constitucionais do Estado.

C. Protecção contra o despedimento

(i) Despedimento baseado no género: **Emel Boyraz v. Turquia (2014)**. Violação do artigo 14º em conjunto com o artigo 8º

(ii) despedimento baseado na orientação sexual: **Perkins and R. v. Reino Unido** e **Beck, Copp and Bazeley v. Reino Unido (2002)**; **Lustig-Prean and Beckett v. Reino Unido** e **Smith and Grady v. Reino Unido (1999)**. Violação do artigo 8º

(iii) Direito ao trabalho e Liberdade de consciência, pensamento e religião:

- a) **Dahlab v. Suíça (2001)**. Decisão de inadmissibilidade.
- b) **Ivanova v. Bulgária (2007)**. Violação do artigo 9º
- c) **Eweida and others v. Reino Unido (2013)**. Violação do artigo 9º em relação a Ms Eweida.
- d) **Ebrahimian v. França (2015)**. Não violação do artigo 8º (iv) despedimento por razões de saúde: **I.B. v. Grécia (2013)**. Violação do artigo 8º em conjunto com o artigo 14º.

D. Liberdade de expressão no contexto do trabalho

1. A protecção do artigo 10º estende-se ao local de trabalho em geral e aos funcionários públicos em particular: **Vogt v. Alemanha (1995)**; **Ahmed e outros v. Reino Unido (1998)**; **Willie v. Liechtenstein [GC] (1999)**; **Fuentes Bobo v. Espanha (2000)**.
2. Funcionários públicos têm para com o empregador um dever de lealdade, reserva e discrição (**De Diego Nafria v. Espanha (2002)**).
3. “Whistle-blowing” / divulgação de informação interna: **Guja v. Moldávia [GC] (2008)**, violação do artigo 10º; **Heinisch v. Alemanha (2011)**, violação do artigo 10º; **Bucur e Toma v. Roménia (2013)**, violação do artigo 10º; **Matúz v. Hungria (2014)**, violação do artigo 10º

E. Artigo 8º (respeito pela vida privada) no contexto do trabalho

- (i) **Copland v. Reino Unido (2007)**: recolha e armazenamento de informação pessoal relacionada com o uso de telefone, email e internet. TEDH reconheceu que, por vezes, pode ser legítimo a um empregador monitorizar e controlar o uso, pelo trabalhador, do telefone e da internet. Violação artigo 8º.
- (ii) **Köpke v. Alemanha (2010)**: despedimento de uma funcionária de caixa de supermercado na sequência de uma operação de videovigilância do empregador com a ajuda duma agência de detectives. Decisão de inadmissibilidade.
- (iii) **Özpınar v. Turquia (2010)**: despedimento de uma juíza por razões ligadas à sua vida privada (por exemplo, alegada relação com um advogado e uso de maquilhagem inapropriada). Violação do artigo 8º
- (iv) **Michaud v. França (2012)**: obrigação dos advogados franceses de reportarem “suspeitas” de lavagem de dinheiro pelos clientes. Não violação do artigo 8º
- (v) **Radu v. Moldávia (2014)**: divulgação de informação médica por um hospital público ao empregador. Violação do artigo 8º
- (vi) **Fernandez Martinez v. Espanha [GC] (2014)**. Não violação do artigo 8º
- (vii) **Brito Ferrinho Bexiga Villa-Nova v. Portugal (2015)**: acesso a contas bancárias de uma advogada acusada de fraude fiscal. Violação do artigo 8º: a consulta dos extractos bancários da requerente violou o direito ao respeito pela confidencialidade profissional (que cai no âmbito do respeito pela vida privada).
- (viii) **Bărbulescu v. Roménia (2016, não definitivo)**: despedimento por causa da utilização de serviço de mensagens da empresa para fins pessoais. Não violação do artigo 8º (*comparar com Copland v. Reino Unido e Halford v. Reino Unido*).

F. Segurança no trabalho

(i) **Vilnes and others v. Noruega (2013)**: queixas de mergulhadores que ficaram com problemas de saúde como resultado de mergulhos efectuados no Mar do Norte enquanto funcionários de empresas de petróleo durante o período de exploração petrolífera de 1965 a 1990. Violação do artigo 8º – autoridades norueguesas não asseguraram que os requerentes tivessem recebido informação essencial que lhes permitisse avaliar os riscos para a saúde e vida do uso rápido de tabelas de descompressão.

(ii) **Brincat and others v. Malta (2014)**: caso sobre trabalhadores dum estaleiro naval que foram expostos a amianto durante décadas (desde início dos anos 50 até ao início de 2000). Violação do artigo 2º (direito à vida) em relação aos que morreram com doenças resultantes da exposição ao amianto e violação do artigo 8º (vida privada e familiar) em relação aos restantes.

G. Direitos sindicais

1. Artigo 11º garante: 1) o direito a formar um sindicato/associação de trabalhadores e de aderir a um sindicato por si escolhido; 2) o direito de ser ouvido e “liberdade para proteger os interesses ocupacionais dos membros do sindicato através da acção sindical, a conduta e o desenvolvimento da qual deve ser permitida e possibilidade pelos Estados-Parte” (**National Union of Belgian Police v. Bélgica, 1975**)

2. A regulamentação do exercício do direito de organização cai no âmbito da margem de apreciação dos Estados. **Schmidt e Dahlström v. Suécia (1976)**: “Article 11 ‘presents trade union freedom as one form or a special aspect of freedom of association’ but ‘does not secure any particular treatment of trade union members by the State, such as the right to retroactivity of benefits, for instance salary increases, resulting from a new collective agreement.’”

3. Direito de aderir ou não a um sindicato:

(i) **Young, James and Webster v. Reino Unido (1981)**. Violação artigo 11º

(ii) **Sigurður A. Sigurjónsson v. Islândia (1993)**. Violação artigo 11º

(iii) **Sorensen and Rasmussen v. Dinamarca [GC] (2006)**. Violação artigo 11º

H. Artigo 4º – proibição da escravatura e trabalho forçado

1. Trabalhadores domésticos: **Siliadin v. França (2005)**, violação do artigo 4º; **C.N. v. Reino Unido (2012)**, violação do artigo 4º (alegações de trabalho de servidão doméstica por uma mulher do Uganda. O TEDH considerou que as disposições legislativas em vigor no Reino Unido era inadequadas para garantir protecção adequada e eficaz contra um tratamento contrário ao artigo 4º. Devido à ausência de legislação específica quanto à criminalização do trabalho de servidão, a investigação às alegações da requerente não tinham sido eficazes.

2. Tráfico e/ou prostituição forçada:

(i) obrigação dos Estados de protegerem as vítimas: **Rantsev v. Chipre e Rússia (2010)**, violação do artigo 4º; **V.F. v. França (2011)**, decisão de inadmissibilidade; **L.E. v. Grécia (2016, não definitivo)**, violação do artigo 4º

(ii) medidas adoptadas pelos Estados contra traficantes e cúmplices: **Kaya v. Alemanha (2007)**, não violação do artigo 8º; **Tas v. Bélgica (2009)**, decisão de inadmissibilidade (requerente

queixou-se do facto dos bens terem sido confiscados automaticamente como consequência da sua condenação

3. Trabalho na prisão: **Stummer v. Austria [GC] (2011)**, não violação do artigo 4º; **Floroiu v. Roménia (2013)** decisão de inadmissibilidade; **Meier v. Suíça (2016, não definitivo)** – trabalho para além da idade da reforma (não violação do artigo 4º § 2).

I. Casos contra Portugal onde outras questões relacionadas com direito do trabalho foram levantadas

- (i) **Martins Silva v. Portugal (12959/10)**: direito a processo equitativo, violação do artigo 6º por não comunicação ao requerente do relatório realizado pela junta médica e impossibilidade de comentar-submeter observações em relação a esse relatório (processo emergente de acidente de trabalho);
- (ii) **Pereira Santos v. Portugal (30532/12)** e **Mendes v. Portugal (49185/13)**: processos que envolvem disputas entre trabalhador e empregador exigem especial diligência no seu tratamento (violação do artigo 6º pela demora do processo)
